

Acesso à Informação

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 23.05.2022

| Legislação Federal | |
|--|---|
| Legislação | Ementa |
| <u>Resolução nº 324, do Conselho Nacional de Justiça, de 30 de junho de 2020</u> | Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname. |
| <u>Lei Federal nº 13.853, de 08 de julho de 2019</u> | Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Mensagem de veto |
| <u>Decreto Federal nº 9.936, de 24 de julho de 2019</u> | Regulamenta a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e a consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito. |
| <u>Decreto Federal nº 9.716, de 26 de fevereiro de 2019</u> | Revoga dispositivos do Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019, que altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. |
| <u>Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019</u> | Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. |
| <u>Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018</u> | Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) |
| <u>Resolução Nº 215, do Conselho Nacional de Justiça, de 16 de dezembro de 2015</u> | Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. |

Acesso à Informação

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 23.05.2022

| | |
|--|---|
| <u>Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012</u> | Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. |
| <u>Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011</u> | Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. |

| Legislação Estadual | |
|--|---|
| Legislação | Ementa |
| <u>Resolução SEFAZ nº 381 de 13 de maio de 2022</u> | Estabelece procedimentos de tramitação processual de documentos que possuem informações classificáveis nos níveis de sigilo estabelecidos nos arts. 23 e 24 da Lei Federal nº 12.527/2011 e nos arts. 22, 27, 28 e 29 do Decreto Estadual nº 46.205/2017. |
| <u>Ato Normativo TJ N.º 27/ 2020</u> | Estabelece as normas para Gestão de Acesso a Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. |
| <u>Ato Normativo TJ nº 08/2018</u> | Dispõe sobre o Serviço de Informação ao Cidadão, do Acesso as Informações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. |
| <u>Lei Estadual nº 8443, de 03 de julho de 2019</u> | Dispõe sobre procedimento de consulta ao banco de dados de identificação civil, na forma que menciona. |

Acesso à Informação

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 23.05.2022

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Secretaria-Geral de Administração

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br